



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados				
Título:	Reunião Ordinária N. 45				
Local:	Edifício Sede MAPA, Brasília-DF				
Data da reunião:	25/02/2016	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00

Pauta da Reunião

14:00 - Abertura da 45ª Reunião Ordinária e Aprovação da Ata da reunião anterior

14:15 - Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara

- Calendário de Reunião 2016 - ratificação
- Assuntos tratados na reunião anterior
- Informativo ASPAR

14:30 – Avaliação das ações do DIPOA em 2015 e planejamento para 2016 - DIPOA

16:00 – Resposta do DIPOA sobre o pleito da Câmara Setorial relativo a Solicitação de esclarecimentos sobre amostragem de leite em tanques comunitários, bem como a adoção de procedimentos padrão quanto a fiscalização dessa atividade - DIPOA/MAPA, Alexandre Gomes Fernandes

16:10 – Resposta do DIPOA sobre o pleito de prorrogação do prazo de entrada em vigor do Ofício Circular 007/2015/CGI/DIPOA/SDA, que trata de Requeijão com Gordura Vegetal – ABIQ, Fábio Scarcelli

16:20 – Andamento das ações relativas ao Projeto de Leite Saudável – SPRC, Rodrigo Dantas

16:40 – Subsídio de leite na Argentina e o impacto deste tipo de prática no Brasil - Presidente da Associação Girolando, Sr. Jônadan Ma.

16:50- Assuntos Gerais

- Controle de CCS em rebanhos Leiteiros – SNA, Alberto Figueiredo e Presidente
- Economia da Atividade Leiteira – SNA, Alberto Figueiredo e Presidente

17:00 – Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	RODRIGO SANT'ANNA ALVIM	CNA	PR	
2	Carlos Magno Campos da Rocha Júnior	CNA	PR	
3	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO		PR	
4	MARCELO COSTA MARTINS		PR	
5	DANIELA FIRMINO SANTANA AMARAL	ACST/MAPA	PR	
6	ERICK DE OLIVEIRA MEIRELES	ABIA	PR	
7	RENE FRANÇA MACHADO JUNIOR	ABILD	PR	
8	RICARDO COTTA FERREIRA	ABILD	PR	
9	Fabio Scarcelli	ABIQ	PR	
10	NILSON BATISTA MUNIZ	ABLV	PR	
11	JOÃO ALAOR SANTANA DA SILVA	BB	PR	
12	PAULO ROBERTO BERNARDES	CBCL	PR	
13	MARIA HELENA FAGUNDES	CONAB	PR	
14	Paulo do Carmo Martins	EMBRAPA	PR	
15	CARLOS HUMBERTO MENDES DE CARVALHO	FIESP	PR	
16	WILSON MASSOTE PRIMO	G100	PR	
17	JÔNADAN HSUAN MIN MA	GIROLANDO	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

18	GERALDO DE CARVALHO BORGES	GIROLANDO	PR
19	VITOR LUDVIG BUMBIERIS	MF	PR
20	VANDER FRANCISCO COSTA	NTC&LOGÍSTICA	PR
21	PEDRO RODRIGUES ALVES SILVEIRA	OCB	PR
22	LUDOVICO WELLMANN DA RIVA	SEBRAE	PR
23	EDUARDO AMADEU MASSARA BRASILEIRO	SEBRAE	PR
24	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	SINDIRAÇÕES	PR
25	ALBERTO WERNECK DE FIGUEIREDO	SNA	PR
26	MARCELO COSTA MARTINS	Viva Lácteos	PR
27	OSNI MORINISHI ROCHA	CNM	PR
28	PAULO DE OLIVEIRA POLEZE	CONTAG	PR
29	LILIAM SANTOS	GS1 Brasil	PR
30	ELIANE ARAÚJO	GS1 Brasil	PR
31	EDUARDO VON GLEHN NOBRE	MDIC	PR
32	MATEUS FEITOSA	ABRAS	PR
33	WALTER RUEGGER	BB	PR
34	CAMILA QUEIROZ	CNA	PR
35	LILIAN AZEVEDO FIGUEIREDO	CNA	PR
36	FATIMA VIANA	Viva Lácteos	PR

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata: Sim

Desenvolvimento

Abertura da 45ª Reunião Ordinária e Aprovação da Ata da reunião anterior: a 45ª reunião ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados foi aberta às quatorze horas, do dia 25 de fevereiro de 2016, pelo seu Presidente, Sr. Rodrigo Sant'anna Alvim, que agradeceu a presença de todos. Na oportunidade o Presidente submeteu à aprovação do plenário, a Ata da 44ª Reunião Ordinária, encaminhada previamente, por meio eletrônico, a qual foi aprovada, por unanimidade, sem ressalvas e seguiu para assinatura dos membros.

Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara: o Secretário da Câmara, senhor Francisco Facundo, iniciou os avisos apresentando o calendário de reuniões para o ano de 2016, o qual foi retificado, com as seguintes datas: 46ª reunião ordinária em 03 de maio; 47ª reunião ordinária em 04 de agosto e 48ª reunião ordinária em 10 de novembro, todas em Brasília, previstas para às 14 horas. Lembrou, ainda, que o calendário foi aprovado pela plenária, na última reunião de 2015. Dando seguimento, o Secretário da Câmara apresentou **os assuntos tratados na reunião anterior** e seus desdobramentos: Primeiro assunto: Sucessão da Presidência da Câmara, o qual foi submetido a debate na reunião de 01 de dezembro e aprovada a decisão, por unanimidade da plenária, de encaminhar o nome do atual presidente para ser submetido à apreciação da Ministra Kátia Abreu, para o próximo mandato de dois anos. Informou que a decisão foi encaminhada ao gabinete para decisão da Ministra, mas ainda não houve uma definição. Segundo assunto: Consulta Pública sobre agroindústria de pequeno porte para leite, estabelecida pela Portaria 265/2015, a qual foi enviada aos membros da Câmara dia 29 de dezembro, solicitando envio de sugestões à Consulta Pública, até o dia 05 de fevereiro, para serem encaminhadas como contribuições desse Fórum Consultivo ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA/MAPA. Francisco Facundo informou que nenhuma contribuição foi recebida pela



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Secretaria ou pelo Consultor da Câmara e isto foi informado ao DIPOA, no dia 19 de fevereiro de 2016, lembrando, ainda, que esta proposta já havia sido discutida na Câmara, com envio de contribuições e reunião com o DIPOA e outros, que resultaram na versão que foi à Consulta Pública. Terceiro tema: CODEX - Anteprojeto de Norma para os Permeados Lácteos em Pó - Contribuições da CS do Leite. Facundo informou que em 15 de dezembro de 2015 foi recebido pela Secretaria da Câmara e-mail da senhora Luciana Meneghetti, do DIPOA/MAPA, com a seguinte informação: “Avaliamos os comentários enviados pelo setor lácteo sobre o Anteprojeto de Norma para Permeados Lácteos em pó, conforme encaminhamento feito pelo Sr. Marcelo Costa Martins, como Consultor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados. Os membros do Comitê não enviaram considerações sobre o anteprojeto de norma; encaminharam apenas um questionamento, o qual em discussão na DILEI, com a chefia da Divisão, entendeu-se que foi respondido pelos itens 12 e 18 do Anexo II da CL 2015/28-MMP. Diante do exposto e das discussões internas no âmbito do MAPA, este Ministério informou ao Coordenador do CODEX que não temos propostas para o Projeto de Norma para Permeados Lácteos em Pó. ” Quarto assunto: CODEX - Projeto de Norma Geral para Queijo Processado. O Secretário da Câmara disse que em 22 de dezembro de 2015 foi recebido e-mail da Luciana Meneghetti informando que foi encaminhado o processo anexo digitalizado, a fim de agilizar os trâmites, para manifestações até dia 07 de janeiro de 2016, pela CS Leite e que a partir dessa data as contribuições solicitadas foram encaminhadas, conforme solicitado, por Marcelo Martins, na condição de Coordenador do Grupo de Trabalho instituído pela CS Leite para tratar de assuntos relacionados ao CODEX e MERCOSUL. Quinto tema: CODEX - Aditivos Superfície Mussarela. Facundo disse que em 22 de dezembro foi recebido e-mail do senhor Alexandre Fernandes informando que foi recebido resposta à CL 2015/26 – CAC do setor lácteo as quais não atenderam as orientações dispostas na Informação nº 893/2015/DILEI/CGI/DIPOA, o que impossibilita a elaboração do posicionamento brasileiro para a próxima reunião do CODEX. Em 07 de janeiro 2016, a mesma informação foi encaminhada no modelo solicitado, pela DILEI por Marcelo Martins, na condição de Coordenador do GT instituído pela CS Leite para tratar de assuntos relacionados ao CODEX e MERCOSUL ao e-mail da senhora Luciana Meneghetti. Sexto assunto: Calendário de eventos importantes da cadeia, em 2016. Foi encaminhado aos membros uma solicitação do representante do SEBRAE, Ludovico Riva, solicitando contribuições para planilha de eventos, com objetivo de possibilitar maior divulgação a todos os membros da câmara sobre os encontros da cadeia e uma possível participação dos membros, empresas e parceiros. Sobre o tema Facundo não recebeu nenhuma contribuição. Finalizando os informes, o Secretário da Câmara apresentou o informativo da Assessoria Parlamentar – ASPAR/MAPA o qual poderá ser consultado em: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

INVERSÃO DE PAUTA: considerando que os representantes do DIPOA/SDA/MAPA, responsáveis pela exposição dos itens seguintes ainda não estão presentes, o Presidente propôs e foi aceita inversão de pauta, convidando o representante da GIROLANDO para apresentar o tema a seguir: **Subsídio de leite na Argentina e o impacto deste tipo de prática no Brasil - Presidente da Associação Girolando, Sr. Jônadan Ma** - o representante da Associação Brasileira dos Criadores de Girolando – GIROLANDO, o Senhor Jônadan Hsuan Min Ma informou ao plenário que o patamar atual do preço do leite no Brasil pode comprometer o crescimento do setor. Salientou que o produtor brasileiro deve ser protegido como todos os outros elos, devido a sua importância, pois os investimentos da cadeia estão ligados diretamente ao campo como estudos em genética, instalações e capacitação. O representante enfatizou que a expectativa das tradings é aumentar a entrada de leite em pó no Brasil em até 50% neste ano, com valores abaixo de R\$10,00 por quilo, o que pode levar o laticínio brasileiro a parar de comprar do produtor brasileiro ou realizar a compra por valores abaixo do custo de produção. O senhor Jônadan ainda



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

ênfatiou a má qualidade do leite em pó, vindo principalmente do Uruguai e salientou que, por ser reenvasado no Brasil, o produto importado pode prejudicar o mercado brasileiro, devido, por exemplo, à troca de datas para o vencimento do produto, prejudicando a imagem da cadeia produtiva brasileira perante ao seu consumidor. Continuou sua apresentação com propostas de melhoria ao mercado e ao setor leiteiro: a) Necessidade de licença de importação para evitar que haja triangulação de leite pelo Mercosul e cumprimento de cotas; b) Equiparação de venda para compras governamentais com recursos públicos, à exportação: exigência de atestado pelo fiscal do SIF da procedência do leite fornecido, a cada lote; c) Análise prévia de todos os lotes importados, antes da liberação na Aduana, em laboratório certificado pelo Ministério - Lanagro, para garantia da qualidade do produto, evitando produto de má qualidade no mercado brasileiro; d) Obrigação da indústria de estampar a data de fabricação original do leite em pó fracionado, e dar como validade máxima a data de validade do fornecedor no exterior - evitando venda de produto vencido rebatizado; e) Efetivação da tarifa de compensação nas importações de produtos lácteos vindos da Argentina, que está tendo subsídio na ordem de 2,96 centavos de dólar por litro. O governo precisa cumprir as normas de compensação tarifária quando houver confirmação dessas práticas desleais do comércio exterior que afetam a competitividade do produtor brasileiro. Na sequência o representante da OCB, Pedro Silveira, falou sobre as tratativas em andamento com a Argentina relacionadas à Política de Compensação de Preços aos Produtores de Leite Argentinos. Sugeriu ao plenário o encaminhamento de correspondência à Adida do Brasil na Argentina, sobre o tema para auxiliar os negociadores brasileiros na formulação da proposta a ser apresentada e discutida com o referido país. Depois de debate sobre o tema, os membros da Câmara **aprovaram a solicitação apresentada** pelo Senhor Pedro Silveira. **Encaminhamento:** encaminhar à SRI/MAPA, pleito solicitando gestão junto à Adida Agrícola na Embaixada do Brasil em Buenos Aires, para obtenção de informações sobre as políticas públicas, aqui citadas, e outras que possam estar em vigência ou na iminência de seu vigor, para a cadeia de lácteos daquele país, especialmente de subsídios à produção. **Responsáveis:** Pedro Silveira, pela elaboração do documento e Secretário da Câmara, pelo encaminhamento da mesma.

Avaliação das ações do DIPOA em 2015 e planejamento para 2016 – DIPOA: o Presidente cumprimentou os representantes do DIPOA/MAPA e os convidou para exposição do tema. O senhor Alexandre Campos, fez uma contextualização do assunto, apresentando as ações executados pelo Departamento no exercício de 2015, destacando que foram publicadas em 2015 as seguintes normativas: Decreto nº 8.444, de 06 de maio de 2015, com caráter permanente ou periódico da inspeção dos produtos de origem animal; a Norma Interna nº 01/DIPOA/SDA, de 17 de junho de 2015 para coleta e análise de *Escherichia coli verotoxigênica* e *Salmonella spp.* em carne de bovino; a Instrução Normativa nº 29, de 23 de setembro de 2015 que apresenta a correlação entre nome comum e científico para a principais espécies de peixes de interesse comercial e a Norma Interna nº 02/DIPOA/SDA, de 06 de novembro de 2015 que faz o cálculo do Risco Estimado Associado ao Estabelecimento (RE) para determinar a frequência mínima de fiscalização. Sobre as ações do DIPOA, Alexandre informou que foram realizadas 33.477 análises de registros de produtos nacionais, com índice de aprovação em torno de 70% e 3.684 análises de registros de produtos internacionais. Foram habilitados 465 estabelecimentos nacionais, 535 estrangeiros e emitidas 484.853 guias de trânsito e certificações. Salientou que foram realizadas 18 missões sanitárias oficiais estrangeiras e 6 brasileiras. Para o controle físico-químico e microbiológico dos produtos de origem animal, Alexandre afirmou que foram verificadas 15.712 amostras para essa finalidade, com um índice de conformidade de 81% para as análises físico-químicas e 91% para as microbiológicas. Relacionado ao Índice de Conformidade em Leite e Produtos Lácteos, o palestrante salientou que houve desconformidade nas análises das seguintes categorias: manteiga, queijos maturados,



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

ricota e queijos não maturados. Alexandre apresentou ainda os dados correlatos as operações de combate à fraude: 1- por substituição de espécies de pescados com 238 amostras analisadas, onde 183 estavam em conformidade; 2- fraude por adição de conservantes em manteiga, com 54 amostras analisadas e 28 dessas não conformes; e por último, fraude por mistura de ricota em queijo minas frescal light, com 23 análises e 22 em conformidade. Sobre o Programa Nacional de Resíduos e Contaminantes – PNCRC, o palestrante informou que houve 57 avisos de violação ao Programa, a maioria para bovinos, 190 notificações internacionais, sendo 127 microbiológicas e 63 físico-químicas. Finalizando a apresentação, Alexandre salientou que o DIPOA realizou quatro eventos, entre treinamentos e cursos de inspeção em 2015 e participou de dez outros eventos para apresentar dados e informações. Disse que o Departamento está à disposição de todos e agradeceu pelo espaço dado pela Câmara para apresentação. Alexandre Campos da Silva, representante do DIPOA salientou que todo início e final de ano são estabelecidas avaliações para o relatório de gestão do respectivo ano e para o planejamento do ano subsequente. Informou ainda que o Mapa anunciou ontem Decreto da Presidência da República para iniciar o processo de desburocratização da gestão desse Ministério, o qual permite a liberação automática da rotulagem de 90% dos produtos de origem animal (carnes, mel, ovos, pescados e derivados), que têm o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), portanto, eventuais alterações no rótulo, na composição e na fabricação do alimento não passarão mais por análise do Mapa caso a caso, basta que as empresas informem a mudança à essa Casa, para que o rótulo seja automaticamente liberado, sendo que a responsabilidade será transferida para a empresa. Haverá somente verificação em auditorias para análise de conformidade, caso haja necessidade. Alexandre Campos ainda informou que haverá mudanças estruturais em 2016, relacionadas à organização de processos, previstas para entrarem em vigor no mês de outubro aproximadamente. O Presidente disse que a contribuição dos senhores Alexandre Gomes e Alexandre Campos para o setor é importante e parabenizou pelo trabalho realizado. Alexandre Gomes disse que com o novo organograma atende todos os preceitos, pois os pontos serão tratados em um mesmo local e não pulverizado como está agora. Os membros da Câmara informaram que é necessário ampliar a fiscalização, pois há produtos que apresentam validade com nova data os quais acabam sendo comprados por licitações públicas.

Resposta do DIPOA sobre o pleito da Câmara Setorial relativo à Solicitação de esclarecimentos sobre amostragem de leite em tanques comunitários, bem como a adoção de procedimentos padrão quanto à fiscalização dessa atividade - DIPOA/MAPA. O representante do DIPOA/MAPA, Alexandre Gomes Fernandes, informou ao plenário que o documento em resposta a esta solicitação foi fechado semana passada. Destacou e fez a leitura do último parágrafo, por considerar que ele é a principal parte do documento e que atende a solicitação em comento, qual seja: assim, considerando o disposto no item 5.1 do anexo II da IN 62/2011, com a exigência de análises diárias de leite do conjunto dos produtores (para cada compartimento de tanque), e também o disposto no artigo 497 do Decreto 30.691/52, onde consta “É proibido misturar leite, sem a retirada da amostra de cada produtor, devidamente identificada para fins de amostra”, para fins de rastreabilidade, os programas de qualidade estabelecidos pelas empresas devem compulsoriamente contemplar amostras individuais do leite de cada produtor, amostras estes que acompanham o caminhão-tanque a cada coleta na propriedade rural, seja produtor considerado individual ou comunitário. Para estas amostras, estes produtores comunitários são entendidos como individuais, ou seja, não há necessidade de coleta de amostras de cada um dos produtores rurais que fornecem leite para aquele comunitário, bastando uma amostra do conjunto daquele tanque comunitário. Lembrando que, em caso de resultados fora dos padrões em análises destes comunitários, todo o leite do conjunto estará comprometido, cabendo ainda a empresa realizar o trabalho de investigação do possível, ou dos possíveis produtores rurais responsáveis pelos desvios encontrados. E concluiu, informando que,



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

quando às alegações sobre a falta de nivelamento de ações fiscais por parte da fiscalização federal, informou que tais esclarecimentos estarão publicados no sistema SIGSIF do MAPA.

Resposta do DIPOA sobre o pleito de prorrogação do prazo de entrada em vigor do Ofício Circular 007/2015/CGI/DIPOA/SDA, que trata de Requeijão com Gordura Vegetal – ABIQ, Fábio Scarcelli. o representante do DIPOA/SDA/MAPA, Alexandre Gomes, informou que a adição da gordura vegetal ao requeijão está amparada por lei, o que não pode ocorrer é a retirada da gordura animal e substituí-la pela gordura vegetal, desqualificando o produto nomeado requeijão. O produto com a gordura vegetal não pode ser proibido somente não poderá a qualificação de requeijão. Informou ainda que a indústria tem prazo de 120 dias para ser notificada e posteriormente a mesma tem 180 dias para realizar as adequações.

Andamento das ações relativas ao Projeto de Leite Saudável – SPRC. A representante da Secretaria do Produtor Rural e Cooperativismo – SPRC/MAPA, Charli Ludtke, apresentou ao plenário o andamento das ações relacionadas ao Programa Leite Saudável. Disse que o Programa tem por objetivo estimular o setor lácteo a apoiar ações de assistência técnica rural com meta de investimento em torno de R\$ 387 milhões, até 2019, para promover a ascensão social e a competitividade de 80 mil produtores. Disse que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento aprovou o ingresso de 13 projetos submetidos ao Programa nos últimos seis meses. Salientou que o Projeto concede benefícios no recolhimento do PIS/Cofins e que o montante acumulado de desonerações, com essa nova rodada de incentivo, chega a R\$ 10 milhões, beneficiando 7 mil produtores no Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo. Informou que os projetos são desenvolvidos por pessoas jurídicas que compram leite in natura e realizam o processamento do produto para venda, inclusive cooperativas, dando a esses o direito de recuperar 50% da contribuição de 9,25% do PIS/Cofins, desde que destinem o equivalente a 5% desses recursos às iniciativas que promovam a melhoria da qualidade e da produtividade dos produtores. Charli enfatizou que cada laticínio elabora o projeto de assistência técnica rural mais adequado à sua realidade e estabelece metas e indicadores de monitoramento para atingir os objetivos. Salientou que a SPRC/MAPA busca alinhar as políticas públicas de apoio ao produtor rural em sinergia com o setor lácteo e que o Programa Leite Saudável está conseguindo integrar o produtor, à indústria e ao governo. Informou ainda que diversos workshops, seminários e palestras foram realizados para aprimorar os projetos a serem submetidos pelos laticínios e hoje é percebida a qualidade das propostas que estão sendo aprovadas pelo MAPA. Finalizando sua apresentação, Charli destacou que foram enviados para o Ministério da Agricultura 207 projetos, totalizando mais R\$ 90 milhões em análise os quais poderão ter a duração de até três anos, informou ainda que além dos 7 mil produtores que receberão assistência técnica rural, por meio dos créditos presumidos PIS/Cofins, mais 3.680 propriedades leiteiras foram selecionadas em Goiás, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para integrar o Programa Leite Saudável. O Presidente agradeceu a presença da representante da SPRC/MAPA e convidou a senhora Charli para participar das reuniões com o intuito de atualizar o plenário sobre o desenvolvimento das ações do Programa.

Assuntos Gerais

Devido ao adiantado do horário o presidente decidiu apresentar os assuntos gerais na próxima reunião, pois vários membros estavam atrasados em relação aos horários de voo. Segue os itens para a próxima reunião: - Controle de CCS em rebanhos Leiteiros – SNA, Alberto Figueiredo e Presidente e - Economia da Atividade Leiteira – SNA, Alberto Figueiredo e Presidente.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Encerramento: Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente da Câmara encerrou a Reunião as dezessete horas e quarenta minutos e eu, Daniela Santana, lavrei a presente ata, revisada pelo Secretário do colegiado.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------